

# Jornal da ADUFC

Quinta-feira, 02 de abril de 2009 - Ano VI Número 21

Editorial

## MOVIMENTO DOCENTE: NOVOS DESAFIOS E VELHAS LUTAS

É lugar comum, hoje, ler e ouvir que o modelo neoliberal naufragou e que o “pensamento único” agora, de inspiração keynesiana, ancora-se na defesa do Estado e no incremento da sua capacidade de intervenção. Isso pra nós não é novidade. Há muito defendemos o fortalecimento do Estado brasileiro, para que cumpra sua missão de propiciar um ensino público universal, gratuito e de qualidade.

Sabendo que são os funcionários públicos o braço do Estado, as políticas públicas só podem atender às exigências da população quando somos muitos, valorizados e respeitados. Estado forte e inclusivo só com servidor forte e capacitado. São condições essenciais ao exercício público o reconhecimento, o financiamento responsável, a remuneração justa, boas condições de trabalho e, essencialmente, a autonomia funcional e a liberdade de organização sindical.

Essas reflexões vêm à tona quando celebramos a contratação, em aproximadamente um ano, de cerca de 300 novos professores na Universidade Federal do Ceará. Há poucos anos não passávamos de 1.200 professores ativos; hoje somos mais de 1600, dois terços com o título de

doutor. Isso é fruto do esforço do Governo Federal, das administrações universitárias e, também, de um movimento docente responsável e comprometido com seu povo. Em última instância, é uma conquista que combate a precarização do trabalho docente que se expressava no grande número de professores substitutos, melhora a qualidade do ensino e solidifica a nossa presença no interior do estado.

Tivemos recentemente vitórias importantes. Mas muitos desafios permanecem. A universidade pública tem sido ameaçada, constantemente, pelo fantasma do ensino pago, por agressões à sua autonomia, por orçamentos insuficientes e por propostas de reformas administrativas que enfraquecem seus trabalhadores.

O REUNI tem se mostrado uma política importante, mas precisamos garantir a ampliação dos seus recursos e combater a idéia simplória de que a expansão quantitativa gerará qualidade. A inclusão de novas modalidades de formação universitária merece a vigilância cotidiana dos docentes, sob pena de traíremos o princípio da produção do conhecimento, objetivo central da nossa instituição.

Outro desafio para os próximos

anos é a reconstrução da nossa carreira. Criada em 1987, ela está caduca. Até 2006, ao ingressar na universidade, o professor chegava ao topo da carreira em seis anos e não tinha mais estímulo à progressão. Com a criação da Classe de Professor Associado chega-se ao topo em 14 anos, ainda absolutamente incompatível com os mais de 30 anos de permanência na atividade. Uma progressão efetiva e constante implica, entretanto, no enquadramento dos aposentados nos níveis mais elevados da carreira e na valorização salarial, incorporando a GEMAS/GEDBT e equiparando os vencimentos dos professores universitários aos dos servidores mais bem remunerados do Executivo Federal.

Soma-se a tais desafios a necessidade que temos de reestruturar o movimento docente, consolidando o sindicato exclusivo dos professores das universidades federais.

Sejam bem-vindos, caros colegas! Que o Ceará se orgulhe do trabalho de todos vocês! E não esqueçam que a nossa missão profissional somente se realiza plenamente quando coletivamente organizamos as nossas forças e encaminhamos as nossas lutas.

**Nota da Diretoria  
Democracia Pra  
Valer**

**pág. 03**

**Servidores Públicos  
Federais fazem  
Campanha Unificada**

**pág. 04**

**Relatório Jurídico  
e Prestação de  
Contas**

**pág. 06**

Visite o novo site: [www.adufc.org.br](http://www.adufc.org.br)

## Saúvas e Fundações

**Prof. Dr. Luiz Pinguelli Rosa**  
Diretor da Coppe-UFRJ

SAINT-HILAIRE viajou pelo Brasil no século 19 e cunhou a frase: "Ou o Brasil acaba com as saúvas ou as saúvas acabam com o Brasil". Mário de Andrade colocou na boca de seu herói sem nenhum caráter, Macunaíma, a frase: "Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são". Entre os tormentos do funcionário público Policarpo Quaresma, Lima Barreto incluiu as saúvas que infestavam o sítio do personagem. Seu outro tormento era a hipocrisia farisaica dos políticos, que o faziam pagar multas não por irregularidades, mas por não transigir com a corrupção. Terminou condenado à morte, seu triste fim.

No intuito de combater a mentalidade bacharelesca e burocrática, um dos males do Brasil, procurou-se, então, na década de 50, estimular os jovens a estudar ciências para serem professores, médicos, engenheiros. O Brasil precisava de casas, escolas e hospitais, pontes, estradas e saneamento para a população.

Instituiu-se ao longo de décadas um sistema nacional de ciência e tecnologia. Foram criadas fundações para a execução de projetos de pesquisa nas universidades, instituiu-se uma Lei das Fundações e fez-se a Lei de Inovação Tecnológica para agilizar ações que a burocracia impede com suas disposições conflitantes.

No entanto, medidas tomadas recentemente pelo governo poderão nos levar a um retrocesso. Uma volta ao passado, em que o que menos importa é a urgência e a eficiência. Um diretor de hospital público que tiver verba para comprar canetas e usá-la para comprar remédios pode ser punido por desvio de recursos. Se deixar os doentes morrerem sem remédios, ele está correto burocraticamente, mas errado moralmente.

Lima Barreto foi proverbial: a "rede de leis, de posturas, de códigos... se transformava em instrumento de suplício para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa". É o império dos bacharéis e da burocracia. Ou o Brasil acaba com a mentalidade bacharelesca e burocrática dominante em esferas dos Poderes da República ou essa mentalidade acaba com o Brasil.

Não sei se estimulado por acusações de irregularidades nos três Poderes, estabeleceu-se no país uma volúpia por regulamentos, como se todos fossem ladrões, mas pouco se faz para punir os verdadeiros

ladrões de colarinho-branco. Em reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência com o presidente da República e os ministros da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), critiquei esse emperramento do setor público. O presidente Lula me deu razão. Mas a burocracia não segue o que diz o presidente.

Dois reitores de universidades federais foram acusados de erros. Irregularidades devem ser corrigidas e, se há crimes contra o patrimônio público, devem ser apurados e punidos. Mas, em vez disso, uma portaria do MEC e do MCT e, depois, uma decisão do Tribunal de Contas da União restringiram as transferências de recursos para pesquisa nas universidades federais por meio de fundações.

A Finep (Financiadora de Estudos e projetos), órgão do MCT, suspendeu os convênios em implantação com as fundações de universidades federais para execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Não se separou o joio do trigo. Se há fundações irregulares, devem ser descontinuidas. Cartões corporativos de reitores devem ser proibidos. Mas centralizar os projetos na administração direta das reitorias os emperrou sem garantir maior rigor, se dois reitores foram os acusados. Colocar recursos de projetos em contas bancárias de professores, como se propõe, é torná-los burocratas. Terão de contratar secretárias, contadores e advogados. Cada professor vai se tornar uma organização social ambulante.

Estranhamente, foram excluídas da proibição todas as outras fundações que recebem recursos federais. Houve uma discriminação contra as universidades federais, onde se realiza grande parte da pesquisa no Brasil. Se não reagirmos, outras restrições virão, até que se proíba tudo que não seja a rotina da burocracia. Como no filme "Jardim dos Finzi-Contini", sobre o fascismo: primeiro prenderam os comunistas, depois os judeus. Como fizeram corajosamente os reitores da UFPA e da UFMG e os presidentes da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências, temos de reagir para que a universidade brasileira não tenha um triste fim, com a morte da pesquisa científica e tecnológica, sufocada pela burocracia que Lima Barreto satirizou. Aliás, ele foi internado no hospício onde é hoje o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ e morreu muito pobre, apesar de sua obra permanecer atual.

Fonte: Folha de São Paulo - 16.02.2009

Jornal da  
**ADUFC**

**Associação de Docentes  
da Universidade Federal  
do Ceará (ADUFC)**

Av. da Universidade, 2346  
Benfica - Fortaleza/Ceará  
Fone: 0XX 85-3066-1818  
Fax: 0XX 85-3066-1825  
e-mail: imprensa@adufc.org.br

**Diretoria do Biênio 2007-2009**

**Presidente**

Estevão Arcanjo

**Vice-Presidente**

Mirtes Amorim

**Secretária Geral**

Fátima Araripe

**1ª. Secretária**

Eva Caldas

**Tesoureira Geral**

Zuila Carvalho

**1ª. Tesoureira**

Neile Torres

**Científico-Cultural**

Uribam Xavier

**Relações Intersindicais**

J. Auri Pinheiro

**Aposentados**

Nellie de Paula

**Patrimônio**

João Hélio D'Ávila

**1º Suplente**

Márcio Amora

**2º Suplente**

Eliane Dayse

**Jornalista responsável**

Ângela Marinho

Mtb CE00686JP

**Estagiária de Jornalismo**

Aline Ayala

**Suporte de Informática**

Marcelo Ramalho

**Editoração Eletrônica**

Willian de Brito

85 8795.6227

**Projeto Gráfico**

Maherle

maherle@gmail.com

**Tiragem**

2.800 exemplares

**Impressão**

Expressão Grafica

## Democracia Pra Valer

Diante do fato da Associação de Docentes da UFC (ADUFC) não ter participado dos dois últimos congressos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), o auto-denominado “Núcleo ANDES-AD ADUFC-S.Sind” distribuiu duas notas nas quais acusaram a Diretoria da ADUFC de agir com “autoritarismo” e “arbitrariedade” para “esvaziar o trabalho político do ANDES-SN” e “inviabilizar a participação nas instâncias de decisão do movimento docente brasileiro”.

Respeitamos e apreciamos a divergência política. Defendemos, intransigentemente, a controvérsia, o papel da oposição, a crítica ácida e sincera; são partes essenciais da política. Mas a verdade precisa ser reposta. Por isso resumimos abaixo alguns dos momentos centrais de nossa gestão para que os colegas avaliem criticamente a nossa prática política:

**1. Campanha Salarial:** os reajustes salariais que obtivemos em março de 2008 e fevereiro de 2009 foram frutos de um longo processo de negociação que se arrastou durante todo o ano de 2007 e parte de 2008. No meio do processo, aprovamos, na **Assembleia Geral de 05/10/2007**, por proposta da Diretoria, um indicativo de greve, que permaneceu até dezembro de 2007. Depois de muito esforço, o PROIFES, o SINASEFE e a CUT chegaram a um acordo que foi aprovado pela ADUFC na **Assembleia Geral de 04/12/2007**. Daquela assembleia, diga-se, participou, com direito a 15 minutos de intervenção, no início da reunião, o Prof. Paulo Rizzo, então presidente da ANDES. Sua proposta de rejeição do acordo foi derrotada. Em março de 2007, depois do fim da CPMF, vários acordos salariais foram repactuados entre governo e sindicatos. A ADUFC, novamente, aprovou essa repactuação, na **Assembleia Geral de 27/03/2008**.

**2. Consignação da ADUFC:** devido à suspensão do Registro Sindical da ANDES, inúmeras seções sindicais (e várias outras entidades) tiveram suspensão ou reduzida sua arrecadação mensal, cobrada sob forma de consignação em folha de pagamento. A ADUFC agiu prontamente, tendo normalizado a sua arrecadação depois de três meses de prejuízos de mais de 25%. O recadastramento da ADUFC no Ministério do Planejamento foi feito, sob orientação jurídica, na qualidade de Associação Docente, depois de aprovado na **Assembleia Geral de 11/06/2008**. Foi, depois da Federal da Bahia, a segunda Associação Docente a fazê-lo. Ainda hoje várias ADs continuam tendo prejuízo.

**3. Novo Movimento Docente:** é do conhecimento de todos que defendemos um Sindicato Nacional específico dos docentes das universidades federais. Em todos os nossos informativos essa tese está explícita. Vários professores, com seus próprios recursos, participaram em São Paulo da fundação, em 06 de setembro de 2008, do PROIFES-Sindicato, alternativa construída desde 2004. Temos agido assim por convicção política e apoiados na decisão da **Assembleia Geral de 16/04/2008**, que aprovou a seguinte resolução: “Esta Assembleia Geral da ADUFC reconhece a representatividade do PROIFES nas mesas de negociação dos docentes das IFES”. Confirmando a decisão, a **Assembleia Geral de 18/11/2008** aprovou: “A Assembleia Geral da ADUFC, reunida em 18 de novembro de 2008, considera imprescindíveis os esforços realizados para a construção e o fortalecimento do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal (Universidades Federais)”. Mas é óbvio para todos que, mesmo sem Registro Sindical, a ADUFC ainda é filiada à

ANDES. É bom ainda frisar que a ADUFC foi a primeira entidade nacional a propiciar, às suas custas, **no dia 22/10/2008, um debate entre o Presidente da ANDES e o Vice-presidente do PROIFES para discutir os rumos do movimento docente**.

**4. Suspensão dos Repasses à ANDES:** a **Assembleia Geral de 18/11/2008**, que aprovou a tese acima, aprovou, ainda, por sugestão de colegas presentes, a suspensão dos recursos financeiros mensalmente transferidos à ANDES, até que a mesma recupere o seu Registro Sindical, cassado desde 2003. Os valores (cerca de vinte mil reais) passaram a ser recolhidos em uma conta-poupança específica até que o assunto seja resolvido. É bom destacar que várias Associações Docentes (ADUFSCar, ADURN, APUB (BA), ADUFRGS, APUFSC, ADUFG, APUBH, dentre outras) também suspenderam o pagamento, algumas por decisão exclusiva de suas diretorias. Uma parte dessas já se desligou da ANDES. Daquela assembleia fomos acusados de expulsar um advogado da ANDES lá presente. De fato, confirmado por um diretor da ANDES que havia um advogado na assembleia, sem informação prévia à plenária, para “observar” a reunião dos professores da UFC, o presidente da mesa, ouvidos vários colegas, solicitou que o mesmo se retirasse, no que foi atendido pronta e cordialmente. Vale ressaltar que o 3º Tesoureiro da ANDES, Prof. Hélio Lima (ADUFERPE), participou normalmente da assembleia, tendo direito a voz no início dos trabalhos. Ao longo da reunião ao Prof. Hélio foi dado o direito de inscrição e voz e assim o fez como qualquer associado da ADUFC.

**5. Ações judiciais para participar dos Congressos da ANDES:** Pelas razões políticas acima, a Diretoria decidiu não convocar assembleia

para eleger delegados ao Congresso Extraordinário da ANDES que iria discutir a retirada da instituições privadas do sindicato. Vários colegas, então, procuraram a convocação da assembleia por meio de um abaixo-assinado (intempestivo) e por meio de uma ação judicial, negada pela justiça do trabalho sob o argumento de que a “escolha de delegados não é obrigatória”. Em dezembro de 2008, apesar da nossa intenção de convocar assembleia para eleger delegados, regimentalmente não o podíamos fazer por termos suspenso o pagamento à ANDES: “Para o Credenciamento: As seções sindicais deverão estar em dia com as contribuições para o ANDES-SN, Fundo de Mobilização, Fundo de Solidariedade, com rateios de eventos anteriores e com acordos de parcelamentos (se houver) até dezembro de 2008” (Circular ANDES 003/2009). Novo abaixo-assinado (novamente intempestivo, porque recebido em 23 de janeiro solicitando uma assembleia no prazo de 19 a 23 de janeiro) e nova ação judicial, na qual o juiz desobrigou a ADUFC de fazer assembleia, afirmando que “o ANDES não possui registro como sindicato, o que também implica na descaracterização da ADUFC como seção sindical”. Toda essa movimentação foi exaustivamente comunicada aos colegas.

Esperamos que este breve relato ajude os colegas a fazerem seu próprio julgamento. É hora de manter a calma e o rumo, buscando a unidade. Continuamos acreditando que o sindicato só das federais é o melhor caminho. Sabemos que certas disputas internas podem enfraquecer o movimento. No entanto, muitas vezes o conflito é necessário para que a omissão e a irresponsabilidade não produzam grandes derrotas.

# SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS FAZEM CAMPANHA UNIFICADA



Trabalhadores na Esplanada dos Ministérios, no dia 17 de março

Os servidores públicos federais deram, no último dia 17 de março, um passo importante para a construção da luta unificada por melhores condições de trabalho e salários dignos. Diversas entidades, como CUT, CONLUTAS, INTERSINDICAL, CONDSEF, ANDES, FENASPS, ASSIBGE, CNTSS, FENAJUFE e SINASEFE promoveram, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, uma grande manifestação mostrando a disposição de luta da categoria.

A pauta de reivindicações foi protocolada na Presidência da República e no Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento (MPOG) e inclui, além da manutenção dos acordos, reajuste nos benefícios, garantia da paridade entre

ativos e aposentados e correção das distorções salariais. Na manifestação, os servidores deixaram claro que os trabalhadores não estão dispostos a pagar pela crise econômica mundial e que os funcionários públicos não aceitarão a retirada de qualquer direito.

Independentemente das reivindicações específicas de cada setor do serviço público, os servidores federais definiram como eixos da campanha os seguintes itens:

- Cumprimento de todos os acordos firmados com o governo
- Política salarial permanente com reposição das perdas salariais e correção de distorções
- Paridade com integralidade entre ativos e aposentados / pensionistas
- Retirada dos Projetos de Lei 001, 092, 306 e 248 do Congresso
- Aprovação da Convenção 151
- Direito irrestrito da greve
- Reajuste dos benefícios (auxílio alimentação, auxílio creche, diárias e contrapartida do Plano de Saúde)
- Em defesa da ascensão funcional

• Fim do desmonte dos órgãos públicos (Funasa, Incra, Iphan, Ibama, entre outros)

- Planos de Carreiras/DPC
- Antecipação das Tabelas Remuneratórias de 2010 e 2011
- A crise não é nossa. Os trabalhadores do serviço público não pagarão esta conta.

Em audiência com representantes dos servidores federais, em 18 de março, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Ferreira, afirmaram que, conforme orientação do Presidente da República, apesar da crise todos os acordos assinados serão cumpridos, assim como as obras do PAC e os programas de expansão das Universidades Federais e dos Institutos Federais. A deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA), nova coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, acompanhou os servidores na audiência.

## SERVIDOR PÚBLICO VAI PAGAR IMPOSTO SINDICAL?

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou no Diário Oficial de 03 de outubro de 2008, a Instrução Normativa 1, de 30 de setembro de 2008, dispondo sobre “a cobrança da contribuição sindical dos servidores e empregados públicos” da União, estados e municípios, até então recolhida apenas pelos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Ministro Carlos Lupi justificou que a cobrança é uma imposição legal, com manifestações inclusive do Supremo Tribunal Federal, e deve ser paga a partir de março de 2009.

De acordo com a legislação, ao empregador cabe descontar o imposto do salário do trabalhador, sindicalizado ou não, no valor de um dia de trabalho por ano. Os recursos arrecadados são distribuídos da seguinte forma: 10% para o MTE, 10% para as Centrais Sindicais, 10% para as Confederações, 10% para as Federações e 60% para os sindicatos de base.

Diversas centrais sindicais, a ANDES

e o PROIFES, dentre outras entidades representativas, já se manifestaram contra a cobrança compulsória. O deputado federal Raul Jungman (PPS-PE) apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (DL) 862/08, que suspenderia a cobrança, mas o DL ainda não foi apreciado no Congresso Nacional. A matéria necessariamente deveria ser objeto de Lei Ordinária, e não de “instrução normativa”.

A Diretoria da ADUFC entende que essa forma de financiar a atividade sindical é uma herança do Estado Novo, que impôs, nos moldes fascistas, a unicidade sindical e o imposto sindical como formas de garantir o controle do Estado sobre as organizações dos trabalhadores. O imposto sindical favorece a proliferação de “sindicatos de fachada”, criados unicamente para se beneficiar dos recursos recolhidos e permite a consolidação de “burocracias sindicais” que se eternizam no poder sem o mínimo de representatividade.

As entidades apresentaram ao Minis-

tro do Trabalho a proposta de substituir a contribuição sindical pela contribuição negocial, aprovada em assembléia geral. A fonte de custeio dos sindicatos deve ser definida pelo próprio trabalhador, defendem os sindicalistas.

Apesar de continuar em vigor, a Instrução Normativa da contribuição sindical compulsória não foi implementada neste mês de março. As unidades pagadoras dos órgãos públicos afirmam que não receberam qualquer instrução sobre como fazê-lo. Não se sabe se a cobrança virá no mês de abril.

Na audiência concedida aos servidores públicos, em 18 de março, o Ministro Paulo Bernardo reconheceu que a operacionalização do imposto era muito difícil, especialmente quanto ao repasse aos sindicatos, pois no setor público vigora, de fato, a pluralidade sindical, com sobreposição de base entre as entidades. O ministro encomendou parecer jurídico sobre o tema para orientar a posição do ministério.

# ACORDOS SALARIAIS ALTERAM SALÁRIO DOCENTE

As mudanças nos valores dos contracheques dos professores no salário de fevereiro/09, com exceção dos aposentados que fazem jus ao artigo 192 da Lei do Regime Jurídico único, estão dentro do estabelecido nos últimos acordos salariais, tanto para Carreira de Ensino Superior (**ES**) como para a Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (**EBTT**). Os acordos estabeleceram reposição salarial em três etapas: março/2008, fevereiro/2009 e julho/2010 para os professores do **ES** e julho/2008, fevereiro/2009 e julho/2010 para os professores do **EBTT**. Os acordos referem-se ao período de maio/2006 a julho/2010.

Os acordos impuseram, além de uma nova nomenclatura na composição do salário, uma mudança nos valores e na vinculação. O atual contracheque é basicamente composto pelo Vencimento Básico (VB), a Retribuição por Titulação (RT) e a GEMAS (ES) /GEDBT (EBTT). As demais vantagens pessoais, como anuênios (ATS), insalubridade, periculosidade e ganhos judiciais permanecem de

acordo com cada caso em particular.

A Retribuição por Titulação, embora desvinculada do VB, não representa uma gratificação. Ela independente de avaliação. Não mais representa um percentual do Salário-Vencimento e, intrinsecamente, faz parte da remuneração total do professor, pois é uma parcela que será recebida exclusivamente em função da obtenção de titulação.

A Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) e a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT) representam as únicas parcelas remuneratórias com características de “gratificação” para as duas carreiras e, ainda assim, de caráter fixo, pois não estão sujeitas à avaliação de desempenho. A GEMAS e a GEDBT substituem, parcialmente, as *meteóricas* GTMS e GEAD. A GTMS e a GEDBT integram, necessariamente, os proventos da aposentadoria e as pensões.

A partir de abril devem ser instalados os Grupos de Trabalho previstos nos acordos, cuja missão principal

é definir e aperfeiçoar as carreiras docentes.

As conquistas dos acordos estão resumidas no quadro abaixo:

1. Reposição da inflação para todos os docentes;
2. Reajustes acima da inflação para muitos docentes;
3. Elevação significativa do teto salarial;
4. Isonomia remuneratória entre ensino básico e superior;
5. Equiparação entre as duas carreiras;
6. Incorporação da GAE e da VPI ao VB;
7. Aumento percentual do VB na remuneração;
8. Redução do peso das gratificações na remuneração;
9. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
10. Extinção da GED e da GID, criando-se gratificações fixas;
11. Instalação de Grupos de Trabalho para debater as carreiras com as entidades signatárias dos acordos;
12. Compromisso de instalar reuniões técnicas para debater a forma de cálculo das vantagens do Art. 192 da Lei 8.112/90 e Art. 184 da Lei 1.711/52 (relativas aos aposentados até dezembro/1997).

## PROGRESSÃO DA CARREIRA DE ENSINO BÁSICO

As universidades federais, inclusive a UFC, estão se negando a conceder a progressão dos professores da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT (antiga Carreira de Ensino de 1º e 2º Graus), sob o argumento de que o Governo Federal ainda não regulamentou a Lei 11.784/2008. Negam, especialmente, a progressão funcional da Classe DIV-S para a Classe/Nível DV-1. De acordo com essa lei, os docentes da Carreira de EBTT progredem com o interstício de 18 meses.

Diante do impasse, a Diretoria da ADUFC procurou o Reitor Jesualdo Farias que prometeu entrar em con-

tato com o Ministério da Educação (MEC) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) para solucionar a questão. Mas o impasse continua.

No entendimento dos docentes, o direito à progressão é inequívoco. Afinal, diz o Art. 120 da Lei Nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008; § 1º “A progressão de que trata o caput deste artigo será feita após o cumprimento, pelo professor, do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no nível respectivo”; (...) § 3º “Na contagem do interstício necessário à progressão, será aproveitado o tempo com-

putado da última progressão até a data em que tiver sido feito o enquadramento na Carreira de que trata o caput deste artigo” e (...) § 5º “Até que seja publicado o regulamento previsto no caput deste artigo, para fins de progressão funcional e desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, aplicam-se as regras estabelecidas nos Arts. 13 e 14 da Lei Nº. 11.344, de 8 de setembro de 2006.”

A questão será novamente discutida no dia 07 de abril, no Ministério da Educação. Em caso de insucesso, deverá ser estudada uma solução judicial para a questão.

# INFORMES JURÍDICOS

## Progressão de Professor Associado

Das oito ações ajuizadas na Justiça Federal do Ceará, quatro encontram-se aguardando despacho da petição inicial, três aguardam contestação da UFC e uma, com petição dos autores, aguarda análise do juiz.

## Imposto de Renda sobre Abono de Permanência

Das oito ações ajuizadas na Justiça Federal do Ceará, três já tiveram sentenças favoráveis, condenando a União Federal a suspender os descontos e restituir os valores pagos. A União está com prazo para recorrer da sentença. Duas estão aguardando sentença e três aguardam despacho da petição inicial.

## Artigos 184 da Lei 1.711/1952 e 192 da Lei 8.112/90 para os Professores do EBTT

As quatro ações ajuizadas na Justiça Federal do Ceará referentes aos Artigos 184 da Lei 1.711/1952 e 192 da Lei 8.112/90, que atinge professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), encontram-se conclusas ao juiz para despacho.

## Artigos 184 da Lei 1.711/1952 e 192 da Lei 8.112/90 para os Professores do Ensino Superior

Em reunião realizada na sede da ADUFC, em 17 de março, com cerca de 90 professores aposentados, foi aprovado o ajuizamento de ação judicial para pagamento da diferença dos Artigos 184 da Lei 1.711/1952 e 192 da Lei 8.112/90. A Diretoria encaminhou correspondência aos sócios, informando a documentação necessária para a formação dos processos e aguarda que os docentes entreguem-na o mais rápido possível.

## Quintos e décimos

O juiz da 3ª Vara Federal, Dr. Marcus Vinicius Parente Rebouças, apreciou e deferiu, parcialmente, o pedido de liminar em mandado de segurança impetrado pela Assessoria Jurídica Carlos Henrique Cruz Advocacia, para garantir a manutenção das parcelas salariais referentes aos quintos e décimos. A sentença foi deferida em 20 de março de 2009.

A partir da decisão, o magistrado determinou que a Universidade Federal do Ceará (UFC) recalculasse os vencimentos dos professores atingidos, considerando que as parcelas foram extintas no dia 04/09/2001, e não no dia 08/04/1998, como pretendia a Advocacia Geral da União (AGU). A partir dessa data, os vencimentos concernentes à incorporação devem ser transformados em valor nominal e corrigidos unicamente pelo reajuste anual dos servidores públicos federais.

É uma vitória parcial. Nos próximos dias, será avaliado o impacto da decisão nos salários dos professores afetados pela decisão, bem como a conveniência de um eventual recurso.

## Pagamento de gratificações

A Assessoria Jurídica da ADUFC já solicitou os cálculos dos valores a serem pagos aos professores que ocuparam ou ocupam cargos comissionados, sem as devidas gratificações, para poder ajuizar os processos. A realização dos cálculos antecede o ajuizamento de novas ações, obedecendo às novas regras do judiciário.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2008

1. PATRIMÔNIO SOCIAL	
RESULTADOS ACUMULADOS	1.661.436,65
RESERVAS	2.081.074,72
<b>TOTAL</b>	<b>3.742.511,37</b>
2. RECEITAS	
CONTRIBUIÇÕES DE SÓCIOS	1.542.857,11
RECEITAS FINANCEIRAS	67.083,60
OUTRAS RECEITAS	7.138,86
<b>TOTAL</b>	<b>1.617.079,57</b>
3. OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS	80.431,03
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	30.787,75
<b>TOTAL</b>	<b>111.218,78</b>
4. DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS	465.018,21
PESSOAL	384.508,69
FINANCEIRAS	1.051,80
REPASSES ESTATUTÁRIOS	196.812,92
SOCIAIS E CULTURAIS	79.049,66
EVENTOS NACIONAIS	117.903,10
DIVULGAÇÃO/IMPrensa	61.179,79
<b>TOTAL</b>	<b>1.305.524,17</b>
5. PERMANENTE	
IMOBILIZADO	913.697,40
<b>TOTAL</b>	<b>913.697,40</b>
<b>6. SALDO (1 + 2 + 3) – (4 + 5)</b>	<b>3.251.588,15</b>
DETALHAMENTO DO SALDO	
A- DISPONIBILIZADOS	
EM CAIXA	110,22
EM BANCOS	2.875,67
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.096.840,88
<b>SUB TOTAL</b>	<b>3.099.826,77</b>
B – CONTAS A RECEBER	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECEBER	149.961,38
ADIANTAMENTO FORNECEDOR DE SERVIÇO	1.800,00
<b>SUB TOTAL</b>	<b>151.761,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.251.588,15</b>

MÁRCIA MARIA CHAVES CORDEIRO  
Contadora 6736 CRC/CE

## Comitê realiza seminário sobre o genocídio na Palestina



O Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino realiza o Seminário "Genocídio na Palestina e as perspectivas de paz". O evento acontece no dia 14 de abril, às 18h, no Auditório da Casa Amarela. Contará com a presença do Prof. Dr. João Quartim de Moraes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como palestrante e do Prof. Dr. Jawdat Abu El-Haj da Universidade Federal do Ceará (UFC) no papel de debatedor. O professor Quartim de Moraes acaba de chegar de uma viagem de dois meses à Síria e falará sobre o clima de tensão que preocupa a socieda-

de e governantes na região.

O objetivo do Seminário é apresentar o quadro histórico-político da situação da Palestina após a criação de Israel em 1948, indicando as dificuldades da sobrevivência do povo palestino em meio à não existência de um Estado com base territorial definida e as alternativas na busca pela Paz. João Quartim de Moraes é professor da Unicamp e Professor Doutor em Ciência Política pela Fondation Nationale de Science Politique, FNSP, na França. Jawdat Abu El-Haj é professor Doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia e Professor Associado II da UFC.

A última ofensiva entre Israel e a Palestina começou em 27 de dezembro de 2008, com os bombardeios na Faixa de Gaza, deixando um rastro de destruição e morte. Foram 22 dias de ataques deixando 1 mil 330 palestinos mortos, entre os quais mulheres e crianças, um número incontável de feridos

e mais de um milhão de desabrigados. Entre os israelenses foram computados 15 mortos, sendo 12 militares e três civis. Apesar de ter sido negociada uma trégua, as manifestações recíprocas de agressões e bombardeios estão presentes nos noticiários, preocupando pacifistas de todo o mundo.

O Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino, em Fortaleza, foi criado a partir de iniciativas surgidas nos movimentos sociais, políticos, populares e sindicais, congregando entidades preocupadas em manifestar o seu repúdio aos crimes contra a humanidade perpetrados por Israel na faixa de Gaza.

O comitê é formado por representantes de diferentes entidades da sociedade civil organizada como organizações não governamentais, centrais sindicais, entidades estudantis e partidos políticos e conta com o apoio da Associação de Docentes da UFC (ADUFC).

## ADUFC PARTICIPA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento (MPOG) do Governo Federal promoveu a Etapa Nordeste da Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal. O evento aconteceu em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco, no período de 11 a 13 de março de 2009, com o objetivo de aprofundar a democratização das relações de trabalho no Serviço Público Federal. A professora Nellie de Paula, Diretora de Assuntos de Aposentadoria, representou a Diretoria da ADUFC.

A conferência teve caráter consultivo e propositivo. Teve por objetivos avaliar a contribuição da política para a efetiva realização das funções de Esta-

do na prestação dos serviços públicos, intensificando a construção do conhecimento sobre a gestão de Recursos Humanos; abrir amplo espaço de diálogo com os destinatários da política, tanto gestores de recursos humanos quanto servidores públicos, sobre seus resultados e repercussão; e aprimorar a política de Recursos Humanos, ampliando a interlocução entre o Estado, as entidades sindicais e a sociedade civil.

Os conferencistas falaram sobre a estruturação de cargos e carreiras no Serviço Público Federal; a assistência à saúde, previdência e benefícios do Servidor Público; a gestão por competências e avaliação de desempenho; e os sistemas e processos em Gestão de Pessoas.

Após as apresentações desses temas pelos palestrantes, os cerca de 300 participantes debateram os assuntos, divididos em grupos. Desse trabalho foi produzido um documento contendo os aspectos avaliativos dos participantes, que se somará aos resultados das etapas Sudeste 1 e 2, Sul, Centro-Oeste e Norte. O documento final será apresentado em Conferência Nacional, marcada para julho deste ano.

Apesar do pouco tempo destinado à conferência e da complexidade dos temas tratados, os participantes avaliaram que o espaço aberto ao diálogo com servidores e representantes sindicais foi muito importante para o processo de democratização das relações de trabalho no Serviço Público Federal.

## Casa José de Alencar vive novo momento



Casa onde nasceu o escritor José de Alencar

Na galeria dos mais importantes equipamentos culturais do Estado, a Casa José de Alencar (CJA) vive um novo momento na sua história. Dentro da área da CJA fica a casa onde viveu um das referências da literatura brasileira, o escritor José de Alencar. Mesmo com sua carga histórica cultural, o lugar passou nos últimos oito anos por um período de declínio, com a diminuição significativa de visitas.

Segundo dados do diretor do equipamento, professor João Arruda, a CJA recebia aproximadamente 30.000 visitantes por ano, mas nos últimos tempos essa estatística não ultrapassa 3.500 pessoas.

Uma série de ações iniciou um processo de requalificação do equipamento cultural. Dentre elas está a reabertura do restaurante em 12 de março, que vem com uma concepção multicultural. Além de difundir a cultura cearense, o objetivo é atrair a comunidade universitária para apreciar e usufruir do espaço com fortes raízes culturais. O equipamento vai contar com uma programação cultural fixa para atividades acadêmicas, mas também voltadas para a comunidade externa.

Para atrair a comunidade acadêmica e externa a CJA elaborou uma

programação cultural fixa. O restaurante funcionará todos os dias de 08h às 16h. Nas quintas e sextas-feiras o funcionamento se estenderá até a meia noite: nas quintas-feiras haverá lançamentos de livros e nas sextas atrações culturais, sob a coordenação da Secretaria de Cultura do Estado. Aos sábados a programação será musical, organizada pelo curso de Educação Musical da UFC. E para finalizar a semana, no domingo o espaço estará aberto para receber a comunidade, com comidas típicas e feijoada a preços populares.

A Casa José de Alencar está aberta para os diversos eventos dos professores, como treinamentos, reuniões e comemorações.

### Serviço:

**Casa José de Alencar**

**Av. Washington Soares 6055**

**Contato: 3276-2379**

## Congresso da ANDES aprova combate ao REUNI

O 28º Congresso da ANDES aprovou a “intensificação do combate ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) dentro de cada IFES”. A entidade pretende criar observatórios do REUNI em cada universidade e “denunciar os casos em que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estão repassando recursos para fundações ditas de apoio com a finalidade de promover a operacionalização das ações do REUNI”. A proposta sugere a intervenção nas reuniões dos conselhos superiores em que forem deliberadas ações para a implementação do mesmo.

Matéria divulgada na página eletrônica da ANDES lista todos os pontos da luta contra o REUNI. Leia alguns deles:

- “Criar o Observatório do Reuni em cada universidade, por intermédio das seções sindicais, com o apoio das secretarias regionais e do ANDES-SN, e o envolvimento das entidades representativas dos estudantes e dos funcionários técnico-administrativos e da comunidade universitária com o objetivo de acompanhar a sua implementação e analisar suas conseqüências em relação às atividades-fim da instituição e às condições do trabalho docente;

- Denunciar os casos em que as IFES estão repassando recursos para fundações ditas de apoio, com a finalidade de promover a operacionalização das ações do REUNI;

- Intervir nas reuniões dos conselhos superiores em que forem deliberadas ações para a implementação do REUNI (...);

- Diagnosticar as condições de trabalho docente, considerando a distribuição da carga horária e o número de estudantes por sala de aula, especialmente nos campi onde será implantado o REUNI;

- Acompanhar a execução orçamentária dos recursos do REUNI definidos sob a rubrica: Programa 1073 – Brasil Universitário – Ação 8282 – REUNI;

- Encaminhar pedido formal de informação sobre a situação atual do Banco de Professores-equivalente e dos prazos de vencimento dos contratos de substitutos para a análise da reposição do corpo docente da instituição.”

O Congresso rejeitou, mais uma vez, a proposta que excluía a representação dos professores das particulares das atribuições da ANDES como também a proposta de realização de um plebiscito para consultar a base da categoria docente sobre a exclusão da representação dos docentes das particulares, em

troca da suspensão do processo judicial movido pela CONTEE, que resultou na suspensão do seu Registro Sindical (RS) em 2003.

Recentemente, o Ministério do Trabalho publicou edital convocando as entidades de natureza sindical para que apresentem suas impugnações quanto ao Registro Sindical da ANDES. 25 entidades – a grande maioria representando professores da rede privada de ensino – acusaram conflito de representatividade e insistiram na suspensão do referido registro. O PROIFES também questionou a representatividade da ANDES. O PROIFES pediu o seu Registro Sindical (RS), na condição de representante dos professores exclusivamente das universidades federais e aguarda deferimento do Ministério do Trabalho. Em 30 de janeiro passado, o ministério informou que o processo está em análise e que, se toda a documentação estiver de acordo com a legislação, vai dar continuidade às ações necessárias à concessão do RS.

Vale lembrar que a ADUFC tem decisão de assembléia que apóia todos os esforços possíveis para a criação de um sindicato representativo, exclusivamente, dos professores das universidades federais.

## Ato unificado contra a crise econômica e em defesa do povo palestino

Um ato unificado contra a crise econômica e as demissões de trabalhadores, em defesa do emprego, do salário, pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e pela redução dos juros, aconteceu em todo o país, nesta quarta-feira, dia 30 de março. Em Fortaleza, o Ato Público reuniu milhares de pessoas na Praça do Ferreira, com a participação do movimento sindical, centrais sindicais, movimentos populares, organizações não governamentais e entidades estudantis. O momento que ameaça o trabalhador brasileiro uniu diferentes pensamentos em torno de um objetivo: mostrar que o povo não é culpado pela crise e não pode pagar por ela

A manifestação nacional teve por objetivo dizer não à crise e às demissões e exigir a redução drástica da taxa de juros, recursos para os

investimentos em políticas públicas e a defesa dos direitos trabalhistas e sociais. O ato foi antecedido por

juros altos e pela manutenção dos empregos.

Na ocasião, a presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado do Ceará, Deborah Lima, defendeu a importância do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista, cuja constitucionalidade é questionada em recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O dia 30 também é simbólico, pois nesta data se

lembra a defesa da terra palestina e a solidariedade contra a política do Estado de Israel, pela soberania e autodeterminação dos povos. O ato contou com a participação do Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino, que tem o apoio da Associação de Docentes da UFC. A vice-presidente da ADUFC, professora Mirtes Amorim, representou a entidade.



Foto: Felipe Abud

A manifestação percorreu ruas do centro da cidade

uma passeata a partir da Praça da Bandeira, que teve início às 15h, seguindo pela Avenida General Sampaio até a Duque de Caxias, prosseguindo pelas ruas Barão do Rio Branco, São Paulo e Major Faundo, até a Praça do Ferreira onde foram feitas manifestações de representantes das entidades presentes, em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros, contra os

## UFC INCLUIU DIFERENÇA DOS ARTIGOS 184 E 192 NO CONTRACHEQUE DE MARÇO

Conforme divulgado na reunião realizada pela Diretoria da ADUFC, em 17 de março deste ano, com a presença de 90 aposentados, a Administração Superior da Universidade Federal do Ceará (UFC) incluiu, no contracheque de março, a diferença devida a cada professor, sob a rubrica VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada a que fazem jus os beneficiados dos artigos 184 da Lei 1.711/1952 e 192 da Lei 8.112/1990. A providência evitou que

muitos professores sofressem redução salarial. Entretanto, por motivos operacionais, a diferença relativa ao mês de fevereiro somente será paga no mês de abril.

A solução é paliativa. Só uma ação judicial poderá restabelecer, plenamente, esse direito. Por esse motivo, a exemplo do que foi feito para os Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), a ADUFC ajuizará ação relativa aos professores do Ensino Superior, por

meio da Assessoria Jurídica Escritório Carlos Henrique Cruz Advocacia.

Não haverá cobrança de custo inicial para a propositura, ficando tal encargo por conta da ADUFC. Os honorários advocatícios somente serão cobrados do professor após o êxito da ação. É importante que os interessados em participar da ação providenciem os documentos necessários o mais rápido possível. A lista da documentação necessária está no site da ADUFC.

## Programação do Espaço Cultural para o bimestre abril/maio



Fotos: André Lima

Foi aprovado pelo coletivo cultural da ADUFC, composto pelos diretores Uribam Xavier, Fátima Araripe, Eva Caldas, Mirtes Amorim, Nellie de Paula e a professora Verbena Lima Vale, o calendário da programação cultural para os dois próximos meses. O Happy Hour do Espaço Cultural terá continuidade, duas vezes por mês, sempre às sextas-feiras, alternando as atividades semanais com o Bar Com Scientia, que também terá sua continuidade nas quartas-feiras,

com articulação da professora Mirtes Amorim, vice-presidente da ADUFC.

A abertura da programação cultural do primeiro semestre de 2009 foi um sucesso, com a Festa de Boas Vindas aos novos professores da UFC. Professores veteranos e novatos divertiram-se, animados pela banda Brasa Seis. Os novos docentes foram recepcionados pela Diretoria da ADUFC. Houve um sorteio entre eles de xilogravuras de Patativa do Assaré, dentro do espírito comemorativo dos 100 anos do poeta cearense.

O Espaço Cultural da ADUFC oferece uma programação cultural aberta aos apreciadores da boa música, promovendo apresentações de diversos ritmos musicais, visando à valorização do músico local, à formação de público e à confirmação de um espaço de vivência entre professores, alunos, servidores da UFC e o público em geral, que circula no corredor cultural do Benfica.



A Vice-Presidente da ADUFC, Mirtes Amorim, entrega xilogravura a novo professor.

## Abertas inscrições para Curso de Fotografia Digital

Estão abertas as inscrições para o Curso Básico de Fotografia Digital para Amadores, promovido pela Diretoria de Assuntos Científicos e Culturais e da Diretoria de Aposentados da Associação de Docentes da UFC (ADUFC), em colaboração com o Instituto de Fotografia (Ifoto). Destina-se aos professores associados da entidade, fotógrafos amadores desejosos de tirar maior proveito de suas câmeras digitais compactas. As inscrições prosseguem até 25 de abril e as aulas terão início no dia 29.

O curso será ministrado por fotógrafos membros do Ifoto e será dividido em quatro tipos de atividades: aulas teóricas, aulas práticas, passeio fotográfico, discussão/análise de fotos. O curso culminará com uma exposição dos participantes no Espaço Cultural da ADUFC. Cada aluno participará com duas fotos de sua livre escolha.

O Programa Teórico e Prático soma 17 horas/aula e mostra os princípios gerais da fotografia, além de informações sobre os princípios da fotografia digital. As aulas práticas serão voltadas para o aprendizado da utilização da câmera e edição de imagens digitais em computador. Aulas de campo finalizarão o curso com apresentação e discussão das melhores fotos de cada aluno, que serão expostas no Espaço Cultural da ADUFC.

**Festa de Aniversário da ADUFC - 29 anos**  
**24 de abril - Banda Brasas Seis**

